

RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

CONGRESSO NACIONAL

Sessão Solene – 17/05, às 15h – Plenário do Senado Federal

Sessão destinada à Promulgação da Emenda Constitucional nº 122, de 2022, referente à Proposta de Emenda à Constituição nº 32 de 2021, que altera a Constituição Federal para elevar para setenta anos a idade máxima para a escolha e nomeação de membros do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, dos Tribunais Regionais Federais, do Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho, do Tribunal de Contas da União e dos Ministros civis do Superior Tribunal Militar.

Resultado: Sessão realizada. Promulgada a Emenda Constitucional nº 122, de 2022, que altera a Constituição Federal para elevar para setenta anos a idade máxima para a escolha e nomeação de membros do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, dos Tribunais Regionais Federais, do Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho, do Tribunal de Contas da União e dos Ministros civis do Superior Tribunal Militar.

SENADO FEDERAL

Plenário – 17 e 18/05 – 16h

As sessões deliberativas no Plenário do Senado desta semana ocorrerão na terça e quarta-feira, sob o regime remoto e semipresencial. Nesta terça-feira, dia 17/05, é aguardada a apreciação das seguintes Medidas Provisórias:

- MP 1.089/2021, que dispõe sobre o transporte aéreo – voo simples;
- MP 1.094/2021, que dispõe sobre a redução na alíquota do imposto sobre a renda incidente sobre as operações de arrendamento de aeronaves.

Na quarta-feira, 18/05, serão deliberados acordos internacionais e proposições legislativas, dos quais destacam-se:

- PL 4.566/2021, que tipifica a conduta de injúria racial em local público ou privado aberto ao público de uso coletivo;
- PL 5.026/2019, para tornar obrigatória a divulgação do Estatuto da Juventude e para instituir a Semana Nacional do Estatuto da Juventude.

Outras matérias poderão ser incluídas na pauta mediante acordo de líderes.

Resultado: O Plenário do Senado Federal aprovou nesta terça-feira, dia 17/05, a MP 1.089/2021, que dispõe sobre o transporte aéreo – voo simples, com parecer favorável à MP, com emendas apresentadas. A matéria retorna à Câmara dos Deputados para sua aprovação em plenário. Também foi aprovada a MP 1.094/2021, que reduz a alíquota do imposto sobre a renda incidente sobre as operações de arrendamento de aeronaves. Aprovada sem emendas no Senado Federal, mas emendada na Câmara dos Deputados, a matéria vai à sanção presidencial.

Na sessão deliberativa de quarta-feira, dia 18/05, foi aprovado o Substitutivo ao PL 4.566/2021, que tipifica a conduta de injúria racial em local público ou privado aberto ao público de uso coletivo. A matéria retorna à Câmara dos Deputados para sua votação em plenário.

Nesta mesma sessão também foram aprovadas, como itens extrapauta, a MP 1.082/2021, que dispõe sobre o repasse obrigatório de percentual mínimo de 40% do Fundo Penitenciário Nacional, administrado pela União, aos fundos dos estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e a MP 1.083/2021, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 6.412.000.000,00, para a compra de vacinas contra a Covid-19. Por não ter havido qualquer modificação nos textos dessas Medidas Provisórias, tanto na Câmara dos Deputados, quanto no Senado Federal, ambas as matérias vão à promulgação.

O PL 5.026/2019, que torna obrigatória a divulgação do Estatuto da Juventude e para instituir a Semana Nacional do Estatuto da Juventude, foi retirado de pauta.

Comissão de Assuntos Econômicos – CAE – Audiência Pública - 19/05 - 9h

Está prevista Audiência Pública Interativa para discutir o cumprimento de dispositivos da Lei nº 14.026, de 2020, do Novo Marco Legal do Saneamento.

Convidados:

- Sr. Diogo MacCord, Secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, do Ministério da Economia;
- Sr. Percy Soares Neto, Diretor-executivo da Abcon Sindcon;
- Sr. Gustavo Montezano, Presidente do BNDES
- Sr. Representante do Ministro do Desenvolvimento Regional;
- **Sr. Humberto Jacques de Medeiros, Procurador da República.**

Resultado: Reunião cancelada.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário – 17 a 19/05 – Sessão deliberativa

É aguardada a leitura das seguintes Medidas Provisórias, que depois de serem lidas, passarão a sobrestar a pauta:

- MP 1.090/2021, que estabelece os requisitos e as condições para realização das transações resolutivas de litígio relativas à cobrança de créditos do Fundo de Financiamento Estudantil – Fies;
- MP 1.091/2021, que dispõe sobre o valor do salário-mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2022;
- MP 1.092/2021, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 700.000.000,00, para os fins que especifica;
- MP 1.093/2021, que dispõe sobre a divulgação do resultado financeiro do Regime Geral de Previdência Social;
- MP 1.095/2021, que revoga dispositivos da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e

da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, referentes à tributação especial da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação relativa à nafta e a outros produtos destinados a centrais petroquímicas;

- MP 1.096/2022, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 550.000.000,00, para o fim que especifica;
- MP 1.097/2022, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Infraestrutura, no valor de R\$ 418.000.000,00, para o fim que especifica;
- MP 1.098/2022, que dispõe sobre procedimentos de suspensão de concessões ou de outras obrigações na hipótese de descumprimento de obrigações multilaterais por membro da Organização Mundial do Comércio.

Outras matérias poderão ser incluídas na pauta, mediante acordo de líderes.

Resultado: O plenário da Câmara dos Deputados aprovou na sessão deliberativa de terça-feira, dia 17/05, a MP 1.090/2021, que estabelece os requisitos e as condições para realização das transações resolutivas de litígio relativas à cobrança de créditos do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES); e a MP 1.095/2021, que revoga dispositivos da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, referentes à tributação especial da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social- Cofins, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação relativa à nafta e a outros produtos destinados a centrais petroquímicas. Ambas as matérias vão ao Senado Federal.

Na sessão deliberativa de quarta-feira, dia 18/05, foram aprovadas a MP 1.092/2021, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 700.000.000,00, para o enfrentamento das consequências das fortes chuvas nos estados de

Minas Gerais e Bahia; e a MP 1.097/2022, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Infraestrutura, no valor de R\$ 418.000.000,00, para viabilizar ao DNIT a reconstrução de infraestruturas rodoviárias danificadas pelas chuvas intensas em vários estados brasileiros. As matérias seguem para o Senado Federal.

Já na quinta-feira, dia 19/05, foram aprovadas a MP 1.087/2021, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 167.288.600,00, para garantir o atendimento à ADPF nº 742, que determina a distribuição de cestas de alimentos à população quilombola, no âmbito do Plano Nacional de Enfrentamento da Pandemia da Covid-19; a MP 1.096/2022, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 550.000.000,00, para atender as ações de Defesa Civil relativas a socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais nos estados da federação que decretaram estado de emergência e/ou calamidade pública, em decorrência de chuvas intensas; e a MP 1.098/2022, que dispõe sobre procedimentos de suspensão de concessões ou de outras obrigações na hipótese de descumprimento de obrigações multilaterais por membro da Organização Mundial do Comércio. As matérias vão ao Senado Federal.

Em regime extrapauta, foi aprovado o PL 3.179/2012, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), para dispor sobre a possibilidade de oferta domiciliar da educação básica, na forma de um substitutivo global ao texto inicial. A matéria segue para análise do Senado Federal.

<p>Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público – CTASP - 17/05 - 9h30 – Plenário 12</p>
--

PL 5.317/2009, que autoriza as providências para a divulgação, pela internet, das informações relativas a gastos públicos classificados como indenizatórios.

O relator, Dep. Tiago Mitraud (NOVO-MG), apresentou parecer pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

PL 2.789/2021, que cria nova hipótese de improbidade administrativa.

A relatora, Deputada Fernanda Melchionna (Psol/RS), apresentou parecer pela aprovação deste, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

PL 6.786/2016, que cria o Fundo de Modernização do Poder Judiciário da União e dá outras providências.

O relator, Dep. Wolney Queiroz (PDT-PE), apresentou parecer pela aprovação deste, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

**Comissão de Constituição e Justiça – 17/05, às 13h; 18/05 e 19/05, às 9h -
Plenário 01**

PL 4.895/2020, que altera o Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 para criar o crime de “Intimidação violenta”.

A relatora, Deputada Margarete Coelho (PP/PI), apresentou parecer pela aprovação, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

**Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – 17/05 –
14 h - Plenário 06**

PL 5.417/2020, que estabelece normas para publicidade de armas de fogo em todo território nacional e dá outras providências.

O relator, Deputado Eli Correa Filho (DEM/SP), apresentou parecer pela rejeição da matéria.

Resultado: Não deliberado, por ausência de quórum para votação.

Comissão de Legislação Participativa – 17/05 – 16h – Plenário 03

Está prevista Audiência Pública para debater os impactos da mineração na Serra do Curral, localizada no município de Belo Horizonte, Minas Gerais.

Convocados:

- Marília Carvalho de Melo - Secretária de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais;
- Pedro Paulo Ribeiro Mendes de Assis Fonseca - Superintendente Substituto do IBAMA em MG;
- Larissa Peixoto - Presidente do IPHAN;
- Victor Hugo Froner Bicca - Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração;
- Jarbas Soares Júnior - Procurador Geral do MPMG;
- **Carlos Bruno Ferreira da Silva - Procurador da República PRMG;**
- Fuad Noman - Prefeito Municipal de Belo Horizonte;
- Deputada Beatriz Cerqueira - Assembleia Legislativa de Minas Gerais;
- Vereadora Bella Gonçalves - Câmara Municipal de Belo Horizonte;
- Vinícius Papatella Padovani - Instituto Cordilheira do Espinhaço;
- Flávio Carsalade - Conselho Estadual do Patrimônio Cultural - CONEP;
- Makota Cássia Kindoialê - Kilombo Manzo Ngunzo Kaiango;
- Flávia Mourão Parreira do Amaral - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental;
- Jeanine Oliveira - Projeto Manuelzão;
- Tania Cristina Teixeira - Presidenta do Conselho Regional de Economia de Minas Gerais.

Resultado: Reunião realizada.

Comissão de Seguridade Social e Família - CSSF - 18/05 – 9h – Plenário 07

PL 228/2019, que confere tratamento mais rígido ao crime de corrupção de menor.

A relatora, Dep. Celina Leão (PP-DF), apresentou parecer pela aprovação deste, com substitutivo.

Resultado: Não deliberado.

Comissão de Minas e Energia – 18/05 – 10h - Plenário 14

PL 2.945/2021, que dispõe sobre medidas de proteção complementar às pessoas que vivem no entorno de empreendimentos minerários a partir da vedação de exploração mineral em áreas nas quais tenha havido deslocamento forçado de pessoas devido a suposto ou efetivo risco de acidente ou desastre causado por extravasamento ou rompimento iminente ou consumado de barragem de rejeitos e/ou água.

O relator, Deputado Joaquim Passarinho (PSD/PA), apresentou parecer pela rejeição da matéria.

Resultado: Não deliberado.